



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

160

JUNHO / 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**



**2º CONGRESSO
NACIONAL**

Construir a greve geral em defesa dos direitos

Págs. 4 e 5



Foto: Romero Pontes

CAMPANHA SALARIAL

Funcionalismo federal aprova indicativo de greve no setor para julho

Pág. 3



Foto: CSP-Conlutas



Foto: Fábica Corrêa



Foto: Antônio Cruz / ABr

EDITORIAL

- A necessidade da greve geral

Pág. 02

GIRO NOS ÓRGÃOS

- INCRA ▪ MTE ▪ Aeronáutica, DNIT ▪ Ministério da Fazenda IPEN ▪ DNPM

Págs. 06-07

ATIVIDADES

- Homofobia mata
- Dica Cultural

Pág. 08



A necessidade da greve geral

O Brasil vive uma intensa polarização social com a nova situação política aberta desde junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas, inicialmente para protestar contra o aumento das tarifas, mas também incorporando outras pautas relacionadas às condições de vida e aos serviços públicos de forma geral.

Há alguns anos a crise econômica vem provocando aumento da inflação, do custo de vida, do desemprego e um rigoroso ajuste fiscal. Dilma ataca direitos da classe e faz os ajustes necessários para garantir os lucros da grande burguesia financeira, industrial e do agronegócio, que elegeram e sustentam seu governo. O PT sempre governou e continua governando para estes setores, por isso nomeou um banqueiro como ministro da Fazenda, um grande empresário para Ministro da Indústria e uma latifundiária para o Ministério da Agricultura.

Dilma deixou de investir nos serviços públicos, baixou um pacote de medidas cortando verbas do orçamento da União da ordem de R\$ 70 bilhões e reduziu vários direitos da população. Na educação pública houve um corte de cerca de R\$ 9 bi. Várias outras áreas também foram atingidas.

As recentes medidas provisórias 664 e 665 atacam direitos como, por exemplo, o auxílio-doença, pensão para viúvas e seguro-desemprego. Ao mesmo tempo, o PL 4330, aprovado no Congresso Nacional, aumenta a precarização das condições de trabalho com o avanço das terceirizações.

O governo, que reduz direitos trabalhistas, privilegia os banqueiros com juros altíssimos e os empresários com isenções de impostos milionárias. Enquanto isto, os empresários seguem demitindo trabalhadores.

Os ataques de Dilma, combinados

ao escândalo de corrupção na Petrobrás, fizeram crescer a indignação e cair a popularidade do governo, hoje em níveis semelhantes ao governo Collor.

Os atos contra o governo e a corrupção chamados por setores da oposição de direita em 15 de março e 12 de abril, foram grandes e atraíram, sobretudo, os setores de classe média, também descontentes com a crise econômica. Apesar de não terem participado de maneira organizada, os trabalhadores viram estes atos com simpatia.

Porém, o PSDB, o DEM e os grupos que estiveram à frente da organização das manifestações contra o governo, na verdade, têm acordo com a atual política econômica e apoiam as medidas de “ajuste fiscal” de Dilma que retiram direitos. Na verdade, querem apenas desgastar o governo e voltar nas próximas eleições.

As lutas sindicais e populares seguem crescendo. Há uma ruptura política de amplos setores com o governo e o PT. Mas, os trabalhadores também estão indignados com os governadores do PSDB, PMDB e demais partidos que aplicam o ajuste fiscal, além do próprio Congresso Nacional e sua maioria de deputados corruptos.

Há um salto no patamar das greves desde 2011 e a entrada em cena de amplos setores, com peso no movimento operário, como nas greves na Volks e Mercedes, no ABC paulista, na GM de São José dos Campos, no Comperj, mas, também nas greves dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em vários Estados.

O Sindsef-SP é filiado à CSP Conlutas (Central Sindical e Popular) que tem atuado conscientemente na defesa da unidade para fomentar as mobilizações, para derrotar o plano econômico do governo e da oposição de direita. Para isto defende a superação da falsa polarização política entre os dois



campos burgueses que se apresentam, o governo Dilma com seus aliados e a oposição de direita, capitaneada pelo PSDB. Para lutar contra a direita, que disputa o espaço político aberto, é preciso lutar contra o governo Dilma. Da mesma forma, é preciso lutar contra a oposição de direita, que defende o mesmo ajuste fiscal, é favorável ao PL da terceirização e defende políticas

conservadoras.

A CSP Conlutas hoje chama as centrais sindicais e movimentos populares que estão contra a retirada de direitos à preparar uma Greve Geral para derubar as medidas do governo apoiadas pela oposição de direita. A greve geral está colocada como necessidade e como possibilidade na conjuntura aberta em nosso país.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014 ABRIL | MAIO

SALDO INICIAL	R\$ 235.957,47	R\$ 256.093,78
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 200.912,67	R\$ 199.064,57
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 16.823,33	R\$ 21.727,80
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, férias, INSS, VR, VT, etc.)	R\$ 56.520,82	R\$ 58.430,91
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 36.755,62	R\$ 51.723,07
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 31.609,76	R\$ 31.484,29
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 9.346,03	R\$ 8.480,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 141,35	R\$ 7.718,97
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 25.204,60	R\$ 24.376,65
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 837,52	R\$ 2.160,97
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.537,33	R\$ 3.687,80
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 180.776,36	R\$ 209.790,46
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 20.136,31	R\$ -10.725,89
SALDO FINAL	R\$ 256.093,78	R\$ 245.367,89

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábila Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Servidores Públicos Federais aprovam indicativo de greve para julho

Os Servidores Públicos Federais (SPFs) presentes no 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas realizaram uma reunião setorial no terceiro dia do evento, 6/6. Estavam presentes vários representantes de entidades nacionais, como Andes-SN, Fasubra, Fenajufe, Sinasefe, Fenasps, Assibge, Fenasps e de sindicatos estaduais, como Sindsef-SP, Sintrajud e Sinsprev-SP.

Nas avaliações, foi mencionada a intransigência do governo Dilma na condução das negociações. O prazo limite para a definição legal do reajuste salarial dos SPFs, previsto para 21 de agosto, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo próprio

governo ao Congresso, está chegando e não há proposta para o atendimento à reivindicações da Campanha Salarial Unificada do setor. Foi lembrado, ainda, que só a mobilização da categoria poderá garantir reajuste este ano.

Entre as principais deliberações está o calendário a ser indicado e debatido com o conjunto do funcionalismo com o objetivo de fortalecer a greve no setor e a campanha salarial com plenárias setoriais no dia 27 de junho, reunião ampliada no dia 28 de junho e deflagração de greve unificada em 1º de julho. Algumas entidades dos setores da educação, como Andes-SN e Fasubra, e do judiciário, a Fenajufe, já deflagraram greve.



Foto: Larissa Lari

O MOVIMENTO DO EXECUTIVO

Antes do Congresso da Central, o indicativo de greve para a primeira quinzena de julho foi deliberado na Plenária da Condsef e no Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), realizados respectivamente nos dias 29 e 30/5.

Os fóruns da Confederação aprovaram um novo calendário que inclui o próximo Dia Nacional de Luta com paralisações e manifestações nos estados, marcado para 25/6; reunião do CDE e da CAPESAÚDE no dia 26/6, a Plenária Nacional que vai deliberar greve, no dia 27/6, e o indicativo de greve a partir da primeira quinzena de julho.

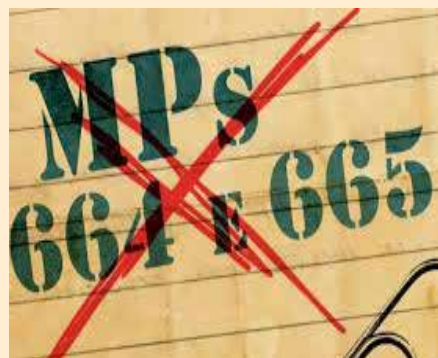


Foto: Rosana Massa

Agora, a perspectiva é de construção do movimento paredista.

A Condsef afirma ter recebido somente “estudos” em relação aos benefícios (vale-refeição, auxílio-saúde e outros), com valores ridiculamente inferiores ao reivindicado. Mas, não há retorno por parte do governo em relação às demais pautas. A justificativa apresentada pelos interlocutores de Dilma é que não há recursos devido ao “ajuste fiscal” e ao contingenciamento orçamentário de 69,9 bilhões, que já está deixando paralisados os Ministérios

e as Universidades Federais.

O mencionado ajuste teve como instrumento as Medidas Provisórias 664 e 665. Elas representam o corte de verbas do orçamento da União da ordem de R\$ 22,7 bilhões, dificultando o acesso ao seguro-desemprego, auxílio-defeso dos pescadores, ao auxílio-doença e às pensões.

O objetivo do governo é assegurar o superávit primário de 1,2% do PIB neste ano, equivalente a cerca de R\$ 65 bilhões, e 2,1% em 2016, isto é, R\$ 130 bilhões. O superávit nada mais é do que a economia para

pagar os juros da dívida pública aos banqueiros, consumindo quase 50% do orçamento da União a cada ano. Por outro lado, o governo cortou R\$ 9 bilhões da Educação e outros R\$ 11,7 bilhões da Saúde.

Nesse mesmo contexto, não se pode deixar de citar como parte do desmonte do serviço público o PL 4330/04 das terceirizações, agora PLC 30/2015 no Senado, e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o poder público poderá terceirizar seus serviços sociais por meio da contratação de Organizações Sociais (OSs) figuras jurídicas de natureza privada. É a aceleração da terceirização e da privatização no serviço público!

Tudo isso foi alvo do Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações, realizado no dia 29 de maio. Várias categorias pararam as atividades para protestar contra as MPs 664 e 665, a terceirização e o ajuste fiscal. A mobilização contou com adesão de trabalhadores da iniciativa privada e importantes setores do funcionalismo.



2º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS APROVA INTENSIFICAR MOBILIZAÇÕES RUMO À GREVE GERAL

Construir uma forte greve geral contra o ajuste fiscal do governo Dilma, em defesa do emprego e dos direitos, foi uma das principais resoluções aprovadas pelos participantes do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado entre os dias 04 e 07 de junho, na cidade de Sumaré, interior paulista. O congresso produziu um manifesto unitário que afirma: “A unificação das lutas e demais processos de mobilização rumo à construção da greve geral estão colocadas na realidade como uma ne-

cessidade e como possibilidade concreta”.

Os participantes fizeram duras críticas ao governo Dilma, aos cortes nos orçamento e aos ataques ao seguro-desemprego, PIS, pensão por morte, etc

Os congressistas retornam para seus estados com o desafio de impulsionar a luta contra os governos, tanto do PT quanto do PSDB. As mobilizações também atingirão o Congresso Nacional e governos estaduais que têm promovido ataques aos trabalhadores, como o PSDB de Geraldo Alckmin (SP) e Beto Richa (PR).

Fortalecimento da Central

A avaliação geral dos participantes é de que o congresso foi bastante vitorioso. Estiveram no congresso, representações de 24 estados, mais Distrito Federal, e 2.639 participantes, dentre eles, trabalhadores das categorias mais mobilizadas do país, incluindo professores e profissionais da educação, petroleiros, metalúrgicos, servidores públicos, trabalhadores do campo (inclusive de Xapuri), garis, metroviários, bancários, operários da construção civil, dentre outros. O congresso também contou com a presença de uma

delegação internacional, representando 23 países.

“Foi o maior Congresso da nossa história, com muita força e que arma a nossa central pra enfrentar de maneira decisiva os ataques patronais, do governo, e que sem dúvida coloca a CSP-Conlutas como instrumento muito importante pra construir a unidade da classe, avançar na mobilização rumo a uma sociedade sem explorados e exploradores”, afirma Sebastião Carlos, o Cacau, da Secretaria Nacional Executiva da entidade.

Plano de ação

Após amplo debate, delegadas e delegados presentes no 2º Congresso da CSP-Conlutas aprovaram o Plano de Lutas para os próximos dois anos, incluindo a defesa do serviço público e de qualidade, a construção da greve do funcionalismo, a defesa da pauta do Fórum dos SPFs, além das lutas mais gerais.

Outra importante tarefa aprovada pelo plenário foi intensificar as ações políticas e unitárias com outras entidades e movimentos classistas e combativos que vem se consolidando no Espaço de Unidade de Ação.

O combate ao machismo, racismo e LGBTfobia, princípio pra central, esteve presente no painel sobre a luta contra as opressões. Entre outros temas, foi dis-

cutida a violência que sofrem os setores oprimidos e a importância de unir toda a classe trabalhadora no combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia. Esta luta é de toda a classe trabalhadora!

Os participantes reafirmaram algumas bandeiras históricas da CSP-Conlutas como: a luta pela tarifa zero, pela estatização e pela destinação de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para os transportes; a defesa da democratização dos meios de comunicação; da Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores; a defesa dos povos indígenas e quilombolas; a taxação de grandes fortunas; a auditoria da dívida pública; a realização de reforma agrária e urbana; o salário mínimo do DIEESE.



Foto: Romerito Pontes

2º ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE DE SOLIDARIEDADE E DE LUTA

O 2º Encontro Internacional da Rede de Solidariedade e de Luta foi um passo importante para consolidação de uma organização que possa reunir o sindicalismo classista, democrático e de base, nas várias experiências de enfrentamento com os patrões, com os governos e com as burocracias sindicais em vários países. Participaram cerca de 170 delegados, representando 23 países e mais de 50 organizações sindicais e populares de quase todos os continentes do planeta.

O encontro conseguiu aprovar uma importante resolução internacional que aponta os caminhos da Rede no próximo período, com centralidade da luta contra os planos de austeridade, os ajustes governamentais e as políticas patronais, que atacam os direitos da classe trabalhadora, a precarização, o desemprego e tudo que é fruto da crise inter-

nacional do capitalismo.

Também foram discutidas e aprovadas resoluções de orientações sobre temas fundamentais, como por exemplo, o problema da situação das mulheres, a situação dos imigrantes, o problema da repressão e da criminalização aos ativistas nos movimentos sindicais e populares e também um debate muito rico sobre o tema do controle operário e da auto gestão.

O Encontro ocorreu logo após o congresso da CSP-Conlutas. Uma parte importante dos delegados pode conhecer a Central aqui no Brasil e aprofundar os laços de solidariedade, de camaradagem e de trabalho comum. A Rede vai se firmando como uma referência importante no terreno internacional para a unidade tão necessária dos trabalhadores para enfrentar a difícil situação, não só no Brasil, mas em todo o mundo.



Foto: Romerito Pontes



Manifesto

Aos trabalhadores e trabalhadoras e às suas organizações sindicais e populares, movimentos e organizações da juventude

CONSTRUIR A GREVE GERAL EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES! NÃO PODEMOS ACEITAR PAGAR A CONTA DO AJUSTE!

Os trabalhadores, os setores populares e a juventude brasileira vivem um momento de enormes desafios.

Diante da crise econômica que atinge com força nosso país, o governo Dilma – PT e seus aliados do PMDB, PP e outros partidos patronais – e também a oposição burguesa capitaneada pelo PSDB possuem um acordo fundamental: fazer a classe trabalhadora pagar o preço da crise para proteger e aumentar os lucros dos bancos, das multinacionais, do agronegócio e das grandes empresas. É falsa, portanto, essa polarização entre eles, ambos estão do lado dos patrões e dos banqueiros contra a classe trabalhadora.

O governo, o Congresso Nacional, os governadores, os prefeitos de todos os partidos e a patronal estão promovendo um “ajuste”, cujo resultado é o aumento do desemprego, ataques aos direitos previdenciários e trabalhistas, arrocho salarial e cortes em todas as verbas sociais: saúde, educação, moradia e nos investimentos públicos.

O objetivo é impor um patamar maior de exploração sobre a classe trabalhadora brasileira e aumentar a economia de dinheiro para pagamento de juros da dívida pública aos bancos (dívida que já consome 47% do Orçamento da União).

Os aumentos contínuos dos juros servem também a esse propósito de garantir uma imensa e crescente transferência de recursos aos bancos e demais setores que vivem da especulação financeira.

A corrupção e os sucessivos escândalos são o sub-produto dos privilégios e favorecimento das grandes empresas na gestão do Estado, produzindo e re-produzindo uma legião de corruptos e corruptores.

O Congresso Nacional, composto em mais de 70% por deputados financiados por bancos, empreiteiras e grandes empresas e que possui no seu comando políticos que integram a lista de corruptos apontados na Operação Lava Jato, vota leis em causa

própria, ataca direitos da classe trabalhadora, aprova uma contra-reforma política escandalosa e ainda pretende impor a redução da idade para a maioria penal e atacar direitos das mulheres e dos LGBT.

A classe trabalhadora, os setores populares e oprimidos, como as mulheres os negros, os LGBT, a juventude e outros segmentos organizados da população tem resistido a essas investidas com muita luta, greves longas, luta por moradia nos centros urbanos. Tem sido uma resistência heroica, que se enfrenta com a patronal e os governos, com o Congresso Nacional corrupto e suas pautas anti-operárias, anti-democráticas e conservadoras; e muitas vezes com as direções sindicais que não querem se confrontar abertamente com os governos e os patrões.

O aparato repressivo do estado tem sido colocado a serviço dos patrões e também dos governos nos enfrentamentos às greves e outras mobilizações. A repressão, a violência policial, a criminalização dos ativistas e a judicialização dos conflitos tem sido uma tônica. Não tem sido diferente nos enfrentamentos constantes nas periferias dos centros urbanos, com a cada vez maior criminalização da população pobre e negra de nosso país.

O momento exige a construção da resistência a esses ataques, a unidade da classe na luta e a defesa de um programa dos interesses dos trabalhadores, em resposta à política econômica que privilegia os interesses dos ricos desse país, dos banqueiros e das empresas multinacionais.

A luta da classe trabalhadora contra o ajuste fiscal é uma luta que enfrentará o governo do PT e a oposição de direita, bem como o PMDB de Eduardo Cunha e Renan Calheiros, governadores e prefeitos.

A ruptura com esse modelo econômico e a adoção de medidas que ataquem os privilégios dos banqueiros e dos grandes empresários são essenciais para reverter essa situação, a começar pela ruptura dos acordos que garantem o pagamento da divi-

da pública e a remessa dos lucros das empresas e bancos para o exterior. Em defesa da classe trabalhadora e dos seus direitos devemos lutar pela garantia de estabilidade no emprego, redução da jornada, sem redução dos salários, congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade e das tarifas públicas, verbas para a Educação e Saúde, nenhum corte em verbas sociais, nenhum direito a menos.

Esse programa, para ser alcançando, exige a mobilização e a derrota das políticas dos governos atuais e exige a unidade da nossa classe.

Parte importante das direções sindicais majoritárias, em particular as direções da CUT e da Força Sindical, tem enveredado pelo tortuoso caminho da negociação do ajuste, apoiando ora parte das medidas de ajuste fiscal do governo e ora partes do famigerado PL 4330 das terceirizações. Essas duas políticas são partes do mesmo plano econômico dos patrões e do governo. Não cabe aos trabalhadores negociar o tamanho desses cortes.

A resistência dos trabalhadores tem demonstrado que é possível derrotar as políticas dos patrões e dos governos. As greves da Volks, GM, dentre outras, são exemplos categóricos da disposição de luta da classe trabalhadora em geral e dos operários em particular para enfrentar a dureza do ajuste patronal e dos governos.

Nesse momento temos um contingente enorme de trabalhadores da educação básica e do serviço público federal também em greve, enfrentando outra faceta do ajuste.

A unificação dessas lutas e demais processos de mobilização no rumo da construção da greve geral estão colocadas na realidade como uma necessidade e como possibilidade concreta.

Os dias de paralisação nacional em 15 de abril e 29 de maio, que contaram com uma unidade ampla de centrais sindicais e outras organizações mostraram que a classe trabalhadora e seus aliados estão dispostos a

enfrentar a política governamental, os ataques patronais e os planos de ajuste dos governos.

O II Congresso Nacional da CSP Conlutas se dirige às organizações sindicais, às centrais em particular, e também às organizações populares e da juventude e chama essas entidades à organização conjunta da resistência da nossa classe, em cima dos pontos de acordo que tem se mostrado possíveis de promover uma unidade ampla dos trabalhadores: derrotar as medidas de ajuste, as terceirizações e a defesa do emprego.

O papel das centrais sindicais e demais organizações dos trabalhadores e movimentos populares não pode ser o de sócios menores do ajuste, mas sim o de lutar intransigentemente em defesa dos direitos dos trabalhadores, independentemente de onde venha o ataque, do governo ou do partido que esteja no poder.

A aceitação de fórmulas patronais como o fator 85/95 (em substituição ao famigerado fator previdenciário), a negociação das metas de ajuste fiscal, ou, pior ainda, a proposta do plano de proteção de emprego, inspirado no modelo alemão, que descarrega os custos da crise sobre os ombros dos trabalhadores e protege o lucro dos patrões, são o caminho para construir a derrota de nossa classe, num momento em que os trabalhadores dão mostras de sua capacidade de resistência.

Nesse sentido, o Congresso da CSP Conlutas, buscando a unidade com o sindicalismo e movimento popular independente, se dirige a essas organizações e faz um chamado à unidade e à construção da Greve Geral, organizando nas categorias e movimentos em todos os estados, plenárias e encontros amplos, que envolvem as bases de nossas organizações, que fortaleçam os processos de luta em curso e possibilitem aos trabalhadores e trabalhadoras derrotar esses ataques com unidade e luta.



REUNIÃO COM O MPOG E ASSEMBLEIA DOS SERVIDORES

INCRA

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão também recebeu os representantes dos servidores do Incra para iniciar as negociações de 2015. Falando pelo governo, a secretária substituta Edina Lima, ressaltou que este primeiro contato é apenas para fazer um levantamento da pauta específica e que somente na segunda quinzena de junho, ocorrerão novas reuniões para ser apresentado posicionamentos concretos sobre as reivindicações.

A Condsef apresentou a proposta de equiparação com a tabela remuneratória do IBAMA. Já, a CNASI (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra) observou que os termos de acordo tem



sido frequentemente ignorados pelo governo.

As entidades também apontaram a criação de uma carreira unificada, que contemple todos os servidores do Incra e do Ministério do Desenvol-

vimento Agrário (MDA), como uma alternativa para o fortalecimento das instituições.

Incra/SP - Os servidores realizaram assembleia no início de maio, onde colocaram em pauta a falta de

estrutura básica de manutenção no prédio da superintendência, o pagamento de serviços extras no funcionalismo, a contratação de empresas terceirizada para o serviço de engenharia e os ataques do governo aos direitos dos trabalhadores.

O Sindsef-SP enviou um ofício pedindo providências urgentes para solucionar as questões básicas, como falta de produtos básicos de higiene. Além disso, o setor jurídico está analisando IN03/2015 do MPOG, que regulamenta a realização dos serviços extraordinários pelo servidor público.

Outra deliberação da assembleia foi solicitar informações sobre o processo de licitação que terceiriza o serviço de engenharia no Incra.

MTE

ASSEMBLEIAS NOS LOCAIS DE TRABALHO
DISCUTEM PRINCIPAIS DEMANDAS DO SETOR

O secretário-geral do Sindsef-SP, Ismael Souza, realizou várias assembleias locais no último período para buscar ampliar e fortalecer as mobilizações da campanha salarial e conhecer as demandas específicas dos diferentes setores. Na pauta das

assembleias também foi discutida a luta contra a terceirização, contra as medidas provisórias 664 e 665, que alteram as regras de acesso a direitos trabalhistas e sociais, e contra o ajuste fiscal de Dilma e sua equipe.



GRTE Presidente Prudente aderiu ao Dia Nacional de Paralisação

Servidores da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Presidente Prudente aderiram ao Dia Nacional de Paralisação, em 29 de maio. Os servidores reivindicam mais investimentos no serviço público, salários dignos e melhores condições de tra-

balho. “Resolvemos paralisar também em defesa do serviço público de qualidade, além de reivindicarmos a valorização dos servidores públicos e a realização de concurso público”, declarou a servidora da GRTE Presidente Prudente, Liliane Silva.

ATENÇÃO, SERVIDOR/A DA AERONÁUTICA!

Temos uma informação importante para você. Entre em contato de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, pelo telefone 11 3106-6402 ou venha até a nossa sede na Rua Álvares Penteado, nº 97, 6º andar – Centro / São Paulo –SP.

DNIT

REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE
SURPREENDE SERVIDOR

Os servidores do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) protestaram e conseguiram uma significativa redução no índice do reajuste do plano de saúde da categoria.

A empresa Elo Administradora de Benefícios chegou a divulgar um aumento de 35%. Mas, após inúmeros questionamentos e reuniões para reavaliação dos valores propostos, a Administradora propôs um reajuste de R\$ 19,67%. Uma redução de mais de 15%.

Para chegar aos valores atuais a ELO implementará no DNIT um programa de prevenção e promoção à saúde, a fim de diminuir a utilização do plano. “Mesmo com o reajuste menor o plano de saúde ainda está muito caro”, avalia

Kleber Velho, servidor do órgão e dirigente do Sindsef-SP.

Campanha salarial

No dia 21 de maio, a Condsef, uma comissão de servidores do DNIT, a Asdner e o secretário de relações do trabalho do MPOG realizaram uma reunião para tratar da pauta de reestruturação salarial do setor. No entanto, não há qualquer iniciativa do governo que expresse que existe uma negociação efetiva em curso.





MIN. DA FAZENDA

SERVIDORES ADMINISTRATIVOS PARTICIPAM DO DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO E COBRAM RESPOSTAS DE QUESTÕES ESPECÍFICAS

Em uma ação inédita, os servidores administrativos do Ministério da Fazenda aderiram ao Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações, em 29 de maio, contra o arrocho fiscal do governo federal e pela valorização do Serviço e do Servidor Público. Na sede da PRFN da 3ª Região a paralisação atingiu cerca de 100%. Também houve paralisação nas unidades do interior como Mogi das Cruzes, Taubaté e Sorocaba.

Vestidos de preto, os servidores da sede fizeram um arrastão no prédio da Alameda Santos e depois saíram em passeata até o Fórum Pedro Lessa, na Av. Paulista, onde os ativistas se somaram ao ato dos servidores do judiciário federal.

“Esta é a primeira vez que os servidores do Min. Fazenda paralisam suas atividades para lutar contra

o ataque permanente que governo e patrões vem estabelecendo contra os trabalhadores”, destacou o servidor e delegado de base, Marcos Pereira.

Luta específica

Diante da forte mobilização dos Procuradores Federais, no sentido de obter independência funcional e valorização da carreira, os servidores administrativos questionaram a criação da carreira técnica no âmbito da PGFN/AGU.

O delegado de base, Rodrigo Souza, fez alguns questionamentos à Simone Azeredo, Procuradora Regional da PRFN/3ª Região. “Em que moldes esta carreira seria criada, quem seria aproveitado, teria um novo concurso?”.

O diálogo aconteceu no dia 22 de maio, quando dezenas de servido-



Foto: Fábria Corrêa

res foram recebidos pela Procuradora para protocolar um requerimento administrativo onde buscam saber “sobre eventual projeto de carreira/reestruturação destinado à PGFN/AGU, qual o atual estágio dessa discussão e o tratamento que está sendo

dado às demandas dos servidores da área administrativa”.

A procuradora se colocou a disposição para realizar uma nova reunião onde apresentará os levantamentos necessários para responder estas questões.

IPEN



Foto: Fábria Corrêa

SERVIDORES PARTICIPARAM DO DIA DE PARALISAÇÃO

Desde que foi publicada a regulamentação da Gratificação Especial para a Produção de Radiofármaco (GEPR), a rotina de trabalho dos servidores ligada a produção foi alterada para adequar as novas regras impostas.

Com a nova lei, antigos problemas trabalhistas relacionados a jor-

nada de trabalho, às horas extras e ao regime de produção em turno de trabalho voltaram à tona. Estes, e outros problemas, tem sido pautas de inúmeras reuniões com a diretoria do órgão.

Os servidores continuam mobilizados para acompanhar os desdobra-

mentos das negociações e cobram mais comprometimento da direção para solucionar a situação.

Como protesto contra a retirada de direitos e pela valorização do servidor e do serviço público decidiram cruzar os braços no Dia de Paralisação e Mobilização, em 29 de maio.

DNPM

NEGOCIAÇÕES SOBRE PARIDADE COM AGÊNCIAS SEGUE SEM RESPOSTA

A primeira reunião entre a Condesf e o MPOG tratou da Reestruturação da Tabela Remuneratória dos servidores do Departamento. A confederação reivindicou paridade salarial com tabela das agências, independente do debate que está em curso sobre a transformação do DNPM em Agência. Neste sentido, foi feito um resgate dos processos anteriores de negociação, mostrando o crescimento da defasagem salarial desde 2004. Mais uma vez, o governo não apresentou nenhu-

ma proposta.

Outra importante reivindicação do setor é a luta por melhores condições de trabalho. No início do mês de junho, a Associação Nacional dos Servidores do DNPM (ANSNDNPM) enviou uma carta ao novo Diretor Geral da autarquia, Celso Luiz Garcia, apontando os problemas enfrentados pelos funcionários. O documento cita o corte no orçamento e os reflexos nos contratos de serviços, a falta de infraestrutura em algumas superintendências e no

edifício sede, entre outras coisas.

Este foi um dos temas em pauta na assembleia realizada em 25 de maio. Os servidores do DNPM/SP também sentem a redução orçamentária, pois não houve renovação do contrato dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços administrativos.

Em outro ponto, falaram sobre o campanha salarial unificada de 2015. Também questionaram o andamento da ação coletiva de progressão e promoção funcional desde o ingresso

no órgão. Em dezembro de 2013 foi proferida sentença favorável ao pleito, mas inicialmente contemplava somente os servidores domiciliados na capital. Por isso, a equipe jurídica entrou com recurso de apelação, que até o momento ainda não foi julgado. A última movimentação do processo foi dia 03 de junho de 2015.

Ao final da assembleia os servidores elegeram as delegadas de base: Ana Margarida Sansão e Ana Lucia Gesicki.



Homofobia MATA

A 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em São Paulo aconteceu domingo, 7/6, na Avenida Paulista. Com o tema “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me!”, o evento contou com 18 trios elétricos e pouca pauta política.

Esta edição causou polêmica com uma encenação da crucificação feita pela atriz transexual Viviany Beleboni, 26. Incomodou a bancada conservadora, representada pelos deputados Marco Feliciano (PSC), Jair Bolsonaro (PP) e Eduardo Cunha (PMDB), entre outros.

No dia seguinte, o deputado Rogério Rosso, líder do PSD na Câmara, apresentou um projeto de lei propondo tornar crime hediondo o que ele chamou de “cristofobia”, cujo presidente da Câmara, Cunha, pretende colocar em pauta em regime de urgência.

Porém, o número de mortos por essa suposta discriminação é zero, enquanto a homofobia mata diariamente no Brasil, país que mais assassina LGBTs no mundo, com 44% das mortes, sendo as travestis e transexuais a maioria das vítimas. A própria Viviany está sofrendo ameaças de morte desde a simulação na 19ª Parada Gay.

Em nota sobre a polêmica da Parada, o setorial LGBT da CSP-



Foto: Marcha Contra a Homofobia - www.andrepomba.com.br

-Conlutas afirma não concordar que se utilizem símbolos religiosos em protestos ou em atos, porque esta tática não dialoga com a fé das pessoas.

“Mas devemos notar também que muitos dos que atacam a ativista com uma transfobia desmedida, são conhecidos por desrespeitar ícones e símbolos de religiões de matizes africanas. Feliciano, para capitalizar o caso, chegou até mesmo a fazer uma montagem com a foto do protesto da parada com outras fotos da marcha das vadias em anos anteriores como se um ato só fossem. Ou seja, usou de fraude para disseminar seu ódio”, diz a nota.

O Setorial LGBT da Central reflete, ainda, que “o que assusta e revolta não é uma performance, mas sim as mortes das LGBTs que ocorrem todos os dias e contam com a omissão e a impunidade do Estado”.

Em fala emocionante durante o 2º Congresso da CSP-Conlutas, o representante do Setorial e servidor do Ibama, Carlos Daniel Toni, partiu do fato de ter escutado uma piada homofóbica para explicar que o capitalismo se utiliza de uma ideologia para dividir os trabalhadores. Para Carlos Daniel, quando os próprios trabalhadores fazem piada separando os demais oprimidos deles mesmos, estão jogando contra toda a classe

trabalhadora. Isso porque, segundo o companheiro, “a piada esconde o que é de mais central: que nós, não obstante às nossas especificidades, somos iguais, pertencemos à mesma classe e a libertação da nossa classe é nossa responsabilidade”. E complementa: “(...) O problema desse tipo de piada é que, infelizmente, a mesma moral faz com que a gente seja o país campeão – não do futebol – mas nós somos campeões mundiais de LGBTfobia. A cada dia nós enteramos uma LGBT nesse país”.

Enquanto a Parada festeja a diversidade, seguem os ataques ao movimento LGBT. O governo do PT, além de ter colocado Feliciano na Comissão de Direitos Humanos, patrocinado o projeto de cura gay, barrado kit anti-homofobia, arquivou o PLC – 122, projeto de criminalização da homofobia.

Deste modo, o mais importante é o combate efetivo às opressões, tanto sofridas pelos LGBTs, quanto pelas mulheres, negras e negros. E, segundo Carlos Daniel, se as LGBTs quiserem ter direito à riqueza que produzem, ao trabalho digno, a demonstrar seu afeto, será preciso quebrar o sistema que oprime e explora. “LGBTs, mulheres e homens, negros e negras, somos uma só classe e o futuro da humanidade nos pertence”, finalizou.

DICA CULTURAL

VIRADA CULTURAL 2015



A Virada Cultural é um evento promovido pela Prefeitura de São Paulo e acontece anualmente desde 2005. Durante 24 horas ocorrem diversas atividades culturais em vários pontos da cidade.

Este ano a Virada Cultural acontece nos dias 20 e 21 de junho.

A Programação da Virada Cultural 2015 contará com apresentações de teatro, espetáculos, musicais, exposições, shows, entre outros eventos.

Serão montados palcos temáticos nos principais pontos de São Paulo, como na Avenida São João, no Largo do Arouche e na Praça da República, e em diversas unidades do SESC, cada um com uma apresentação de gêneros diferentes, ou seja, em um local rock, no outro pop, no outro MPB, e assim por diante.

A área da 11ª edição do evento diminuirá no Centro e se expandirá para a periferia e todas as regiões da cidade.

Caetano Veloso deve encerrar a Virada no domingo (21) às 18h no palco Júlio Prestes, em frente à Estação da Luz. No mesmo palco, à meia-noite de sábado (20), haverá show do cantor Lenine.

Entre as novidades da Virada Cultural 2015, “está uma homenagem aos 50 anos da Jovem Guarda, programa televisivo que se tornou movimento símbolo do rock nacional e influenciou a juventude das décadas de 1960 e 1970, ditando moda, música e comportamento, incluindo gírias”.

Veja a programação da Virada em: <http://viradacultural.prefeitura.sp.gov.br/2015/#>



Foto: Romerito Pontes